

## Momento é de salvar vidas e empresas, não de aumentar arrecadação

O governo Jair Bolsonaro (sem partido) apresentou recentemente [proposta](#) de reforma tributária. Especialistas que participaram de seminário virtual promovido nesta sexta-feira (14/8) pela **TV ConJur** divergiram se esse é o melhor momento para debater o assunto. Alguns argumentaram que o governo deveria se concentrar no combate à epidemia de Covid-19 e na crise econômica. Outros, porém, defendem a necessidade de mudanças, para que as novas regras passem a valer em 2021 e



**Saída de Emergência:**  
**Reforma tributária na pandemia?**  
**Oportunidade e modelo**

**Fernando Facury Scaff** — Prof. Titular de Direito Financeiro da USP  
**Heleno Torres** — Advogado e professor da USP  
**Luiz Gustavo Bichara** — Tributarista e Conselheiro Federal da OAB  
**Hugo Leal** — Deputado federal (PSD-RJ)  
**José Roberto Afonso** — Professor do IDP  
**Lina Santin** — Advogada Tributarista  
**Otávio Luiz Rodrigues Jr.** — Conselheiro do CNMP e prof. da USP (Mediador)

REALIZAÇÃO

Consultor Jurídico  
conjur.com.br

APOIO

RDCC  
ORDENAMENTO JURÍDICO  
CONSTITUCIONALSEXTA-FEIRA  
14/8 às 15h  
AO VIVO[Acesse nossa página para mais informações](#)

O debate é parte da série de encontros chamada "Saída de

Emergência" e teve o tema "Reforma tributária na pandemia? Oportunidade e modelo". O evento foi apresentado e organizado por **Otávio Luiz Rodrigues Jr**, professor da Universidade de São Paulo e integrante do Conselho Nacional do Ministério Público.

A advogada **Lina Santin** explicou que todas as propostas de reforma tributária sugerem a adoção de um imposto de valor agregado (IVA). Trata-se de um modelo utilizado por mais de 170 países. O IVA, segundo Lina, diminui a guerra fiscal e traz segurança jurídica.

Ela explicou que há duas propostas principais sobre o IVA: a com alíquota única (Proposta de Emenda à Constituição 45) e a com alíquotas reduzidas para setores essenciais, como saúde e educação (PEC 110).



A advogada prefere o modelo com alíquota única. Isso porque ela promove simplicidade e transparência. Além disso, acaba com *lobbies* de grupos econômicos para obtenção de benefícios fiscais a determinados setores. De acordo com Santin, devolver valores do IVA a pessoas de baixa renda é mais eficiente do que isenções tributárias, que servem aos mais ricos.

**Luiz Gustavo Bichara**, tributarista e conselheiro federal da Ordem dos Advogados do Brasil, afirmou que a ordem das reformas está errada — a administrativa deveria ser a primeira, e a tributária, a segunda, e não o contrário. O mais importante é descobrir o custo do Estado brasileiro e ver como é possível enxugá-lo. Caso contrário, corre-se o risco de querer arrecadar e gastar mais, opinou.

Bichara criticou a [proposta](#) do ministro da Economia, Paulo Guedes, de substituir o PIS e a Cofins pela Contribuição sobre receita decorrente de operações com Bens e Serviços (CBS). O novo tributo teria alíquota de 12% para empresas. Nessa proposta, apontou, a União quis garantir suas receitas antes de estados e municípios. Com tal taxa, o IVA seria de 30%, 32%, disse o tributarista, apontando que seria uma das mais altas do mundo.

Ele também ponderou que uma eventual tributação dos dividendos seria acompanhada pela redução da taxa de empresas. Portanto, daria na mesma.

O professor da USP **Fernando Facury Scaff** concorda e avaliou que essa não é a forma adequada de se combater a "pejotização". Para o docente, não é o momento de se fazer uma reforma tributária. "Temos uma abissal queda de arrecadação e enorme aumento de despesas, que gerou até o orçamento de guerra. Há uma pandemia de saúde e uma econômica. Não podemos criar uma pandemia tributária. É hora de salvar vidas, empresas e empregos."

Scaff também destacou que o projeto de Guedes não é uma reforma plena, pois só trata da tributação do consumo. E ressaltou que a União empurrou a redução da carga fiscal para estados e municípios. O professor ainda declarou que a ideia de reinstaurar a CPMF não é adequada e disse ser "absurdo" propor o fim da isenção para gastos com saúde no meio da epidemia de Covid-19.

Nessa mesma linha, o professor do IDP **José Roberto Afonso** afirmou que é hora de salvar vidas, empresas e empregos. "Se é para discutir tributação, é para sair da crise, para ajudar setores que estão passando por dificuldades tremendas."

O mais importante, na visão de Afonso, é estimular investimentos. "É preciso ter medidas tributárias que beneficiem o investimento, não o punam."

### **Outro lado**

O professor da USP **Helene Torres** entende ser necessário acelerar a reforma tributária. De acordo com ele, o ideal seria que as novas regras entrassem em vigor em 1º de janeiro de 2021.

Torres defende uma reforma infraconstitucional, pois a constitucional não altera o sistema tributário em vigor. E que ataque seus problemas principais, como as obrigações acessórias.

No entanto, o tributarista criticou a ideia de extinguir as desonerações para gastos com educação. A seu



ver, isso isso aumentará a carga fiscal e ameaça a existência de escolas privadas. Ele também opinou que, sem controle, uma desoneração da folha de salários poderia ser inócua e complicar a situação do Tesouro, como ocorreu no governo Dilma Rousseff (PT).

O deputado federal **Hugo Leal** (PSD-RJ) ressaltou que o momento de crise e queda da arrecadação pode facilitar as negociações de uma reforma tributária. Afinal, os entes federativos estão com os cofres vazios e entendem a necessidade de racionalizar o sistema.

Por outro lado, a discussão poderia ficar mais difícil em um período de bonança, em que nenhuma das partes quer abrir mão de seus recursos.

O parlamentar também declarou que Paulo Guedes não quer resolver os problemas tributários do Brasil como um todo, apenas os da União. Conforme Leal, o ministro deveria incluir estados e municípios na discussão.

Clique [aqui](#) para ver o seminário ou acompanhe abaixo:

**Date Created**

14/08/2020